CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. _____
SERVIDOR _____
MAT. _____

RELATÓRIO DE ANÁLISE E PESQUISA LEGISLATIVA

Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2022
Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.
Ementa: "Opina pela aprovação, porque regulares, porém com ressalvas, das contas da Prefeitura Municipal de Salvador, relativas ao exercício financeiro de 2017."

1. BASE LEGAL E REGIMENTAL

- A proposição submetida a análise está amparada no art. 186, *caput* e § 2º, II, e nos §§ 4º ao 6º do art. 68, da Resolução nº 910/91 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Salvador,[1] bem como no art. 7º, III (parte final), art. 171 e seu parágrafo único, da Lei Orgânica do Município[2] e, fundamentalmente, o art. 31 da Constituição da República de 1988[3] e art. 91 da Constituição do Estado da Bahia.[4]

2. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

- Em atenção ao disposto no art. 178, III, do Regimento Interno,[5] foram anexadas cópias de trechos das normas mencionadas no Parecer Prévio, bem como o endereço eletrônico para consulta de seu inteiro teor no Anexo deste Relatório.

- No que tange ao rito do processo legislativo municipal, nos termos art. 68, §§ 5º e 6º, e nos outros dispositivos aplicáveis, sendo cabível à Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização a emissão de parecer em 30 (trintas) dias, não computado o período do recesso parlamentar, findo o qual será incluída na Ordem do Dia, somente deixando de prevalecer o parecer prévio do TCM/BA, se houver decisão de 2/3 (dois terços) desta Casa Legislativa.

- A documentação, a qual integra as contas anuais do Poder Executivo, ficou à disposição do contribuinte, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser consultada no endereço eletrônico http://e.tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam seguindo os termos do art. 31, §3º, da Constituição da República de 1988, bem como no art. 2º, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Salvador.

Salvador, 22 de setembro de 2022.

Arthur Henrique Linhares Calvetti
Coordenador de Análise Legislativa

---

[1] **RICMS: Art. 186**. Toda matéria legislativa de competência da Câmara será objeto de Projeto de Lei; e toda matéria administrativa ou político-administrativa sujeita à deliberação da Câmara será objeto de Projeto de Resolução, se de efeito interno, e de Decreto Legislativo, se para efeito externo. § 2° Constitui matéria de Projeto de Decreto Legislativo: (...) **II** - aprovação ou rejeição das contas do Prefeito e da Mesa. Disponível em: http://www.cms.ba.gov.br/uploads/regimento-interno/8f70501a1a3952f03cde5658fc336fb5_1652809163.pdf

[2] **Lei Orgânica do Município.** Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a2/lei-organica-salvador-ba;

[3] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

[4] **Constituição do Estado da Bahia de 05 de outubro de 1989**. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-05-de-outubro-de-1989

[5] **Art. 178**. A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que: (...); III - faça referência a Lei, Decreto, Regulamento ou a qualquer outro dispositivo legal sem se fazer acompanhar de sua transcrição; (...)

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. _____
SERVIDOR _____
MAT. _____

ANEXO DE NORMAS

NORMA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
LEI Nº 8752/2015. Modifica o plano plurianual para o quadriênio 2014 a 2017 e dá outras providências.	https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2015/876/8752/lei-ordinaria-n-8752-2015-modifica-o-plano-plurianual-para-o-quadrienio-2014-a-2017-e-da-outras-providencias?q=8752
LEI Nº 8535/2013. Institui o plano plurianual para o quadriênio 2014 a 2017, e dá outras providências.	https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2013/854/8535/lei-ordinaria-n-8535-2013-institui-o-plano-plurianual-para-o-quadrienio-2014-a-2017-e-da-outras-providencias?q=8535
LEI Nº 9095/2016. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.	https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2016/910/9095/lei-ordinaria-n-9095-2016-dispoe-sobre-as-diretrizes-orcamentarias-para-o-exercicio-financeiro-de-2017-e-da-outras-providencias?q=9095
RESOLUÇÃO nº 1268/08	https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/resolucao_1268-08consolidada-24-05-2021.pdf
LEI Nº 9095/2016. Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento-Programa do Município de Salvador, para o exercício de 2017, e dá outras providências.	https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2016/919/9185/lei-ordinaria-n-9185-2016-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-orcamento-programa-do-municipio-de-salvador-para-o-exercicio-de-2017-e-da-outras-providencias-r-6710275000-00?q=9185
DECRETO Nº 28.246/2017. Aprova a Programação da Execução Financeira para o exercício de 2017, e dá outras providências.	https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/decreto/2017/2825/28246/decreto-n-28246-2017-aprova-a-programacao-da-execucao-financeira-para-o-exercicio-de-2017-e-da-outras-providencias?q=28246
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
R E S O L U Ç Ã O Nº 1.060 DE 26 DE ABRIL DE 2005	https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/resolucao_no-1060-05_apresent-ctas-mensal-e-anual-pm-e-cm_alterada-pela-1355_27-09.pdf

R E S O L U Ç Ã O nº 1276/08	https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/arquivos_antigos/res127608.pdf
LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n º 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n os 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm
LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm
LEI Nº 9184/2016. Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores do Município de Salvador e dá outras providências.	https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2016/919/9184/lei-ordinaria-n-9184-2016-fixa-os-subsidios-do-prefeito-vice-prefeito-secretarios-municipais-e-vereadores-do-municipio-de-salvador-e-da-outras-providencias?q=9184
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
RESOLUÇÃO nº 931/04	https://www.tcm.ba.gov.br/consulta/legislacao/resolucoes/?f=931
RESOLUÇÃO nº 1122/05	https://www.tcm.ba.gov.br/consulta/legislacao/resolucoes/?f=1122

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. _____
SERVIDOR _____
MAT. _____

RESOLUÇÃO n.º 1344/2016	https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Resolu----o-1344-16-public.22.pdf
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm
LEI Nº 8631/2014. Disciplina as relações entre o município e as organizações sociais e dá outras providências.	https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2014/864/8631/lei-ordinaria-n-8631-2014-disciplina-as-relacoes-entre-o-municipio-e-as-organizacoes-sociais-e-da-outras-providencias?q=8631
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm